

**ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO  
TRIBUTÁRIA  
PESSOA FÍSICA**

Ao Gestor Chefe da Tributação,

\_\_\_\_\_,  
(nome completo e atividade profissional) domiciliado(a) na (Rua/Ave-  
nida/Praça/Travessa) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, cidade/UF \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail  
\_\_\_\_\_, Caixa Postal Eletrônica \_\_\_\_\_,  
inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o  
nº \_\_\_\_\_ (obrigatório), por meio de seu(sua) repre-  
sentante legal ou procurador(a), o Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) do documento de  
identidade nº \_\_\_\_\_, expedido por \_\_\_\_\_, vem,  
na forma do Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2016, formular consulta sobre a  
interpretação da legislação tributária relativa a tributo administrado  
pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/MA

O(a) consulente informa que tem prioridade de atendimento,  
nos termos do art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, c/c  
art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)

O      O  
sim    não

**I - DESCRIÇÃO DETALHADA DA QUESTÃO**

**II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** (Dispositivos da legisla-  
ção que ensejaram a consulta)

**III - QUESTIONAMENTOS** (Enumerar de forma objetiva):

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

**IV - NÚMERO TOTAL DE QUESTIONAMENTOS:**

**OBS.:** O teor da consulta deve:

*1) limitar-se a fato determinado, contendo descrição detalha-  
da de seu objeto e indicação das informações necessárias ao esclare-  
cimento da dúvida;*

*2) indicar o dispositivo da legislação tributária (Lei, Decreto,  
Regulamento, Resolução Administrativa, Instrução Normativa, Ato  
Declaratório etc., com especificação de artigo, inciso, parágrafo e  
alínea, se for o caso) causador da dúvida de interpretação;*

*3) descrever detalhadamente o fato relacionado à atividade  
do(a) interessado(a) a que será aplicada a interpretação solicitada; e*

*4) apresentar de forma objetiva qual a dúvida específica do(a)  
interessado(a) na interpretação do dispositivo da legislação tributária.*

Por fim, o(a) consulente(a) declara que:

a) não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou instau-  
rado para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da  
consulta;

b) não foi intimado(a) a cumprir obrigação relativa ao fato  
objeto da consulta; e

c) o fato exposto na consulta não foi objeto de decisão anterior,  
ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que foi parte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do contribuinte ou de seu representante legal ou  
procurador)